



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL

*Na história recente da nossa pátria, houve um momento em que a maioria de nós, brasileiros, acreditou no mote segundo o qual uma esperança tinha vencido o medo. Depois, [...] descobrimos que o cinismo tinha vencido aquela esperança. Agora parece se constatar que o escárnio venceu o cinismo. O crime não vencerá a Justiça. Aviso aos navegantes dessas águas turvas de corrupção e das iniquidades: criminosos não passarão a navalha da desfaçatez e da confusão entre imunidade, impunidade e corrupção. [...] Não passarão sobre novas esperanças do povo brasileiro, porque a decepção não pode estancar a vontade de acertar no espaço público. Não passarão sobre a Constituição do Brasil”
(CARMEM LÚCIA, 2015. Trecho de voto em decisão que decretou a prisão de parlamentar)*

Os Sr.s Senadores e Sra.s Senadoras abaixo subscritos, vêm, respeitosamente, à presença de V.Exa., com fulcro no o art. 14, § 2º, do Código de Ética e Decoro Parlamentar – Resolução do Senado nº 20, de 1993, tendo em vista a decisão de V.Exa., que **negou seguimento à REPRESENTAÇÃO nº 1, de 2017**, que propugna pela cassação do Senador da República **AÉCIO NEVES DA CUNHA (PSDB-MG)**, interpor, com a devida vênua, em face da referida decisão, o presente

RECURSO

Com vistas à apreciação e esperada revisão do *decisum* pelo Plenário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pelas razões brevemente a seguir esposadas.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

I – DO DESCABIMENTO DO *DECISUM*

O art.14, §1º, da Resolução do Senado nº 20, de 1993, estatui que, apresentada a representação, o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar procederá ao exame preliminar de sua admissão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, determinando o seu arquivamento nos seguintes casos:

- **Se faltar legitimidade ao seu autor;**
- **Se a representação não identificar o Senador e os fatos que lhe são imputados;**
- **Se, ressalvados os casos previstos no inciso I do art. 3º desta Resolução, os fatos relatados forem referentes a período anterior ao mandato ou se forem manifestamente improcedentes.**

Como se verifica nos autos da representação, **os REPRESENTANTES são partidos políticos, com representação no Congresso Nacional**, possuindo, como é público e notório, os seguintes membros no Parlamento:

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE-PSOL:

Deputada Luiza Erundina (SP);
Deputado Chico Alencar (RJ);
Deputado Edimilson Rodrigues (PA).
Deputado Glauber Braga (RJ);
Deputado Ivan Valente (SP);
Deputado Jean Wyllys (RJ);

PARTIDO REDE SUSTENTABILIDADE-REDE:

Deputado Alessandro Molon (RJ);
Deputado Aliel Machado (PR);
João Derly (RS);
Miro Teixeira (RJ);
Senador Randolfe Rodrigues (AP);

Assim, descabido o não recebimento pela ilegitimidade dos partidos representantes. Isso porque a própria Constituição da República estatui, em seu art. 55, §2º, que o processo de cassação por violação ao decoro parlamentar pode ser deflagrado



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional.

Quanto à **não identificação do Senador e os fatos que lhe são imputados**, não merece prosperar essa avaliação, tendo em vista que a representação arquivada liminarmente pela Presidência do Conselho dirige-se nominalmente ao Sr. SENADOR AÉCIO NEVES DA CUNHA, e descreve com clareza os fatos que lhe são imputados. Eis a descrição fática minudente constante da exordial:

O Sr. JOESLEY MENDONÇA BATISTA entregou à Procuradoria-Geral da República uma gravação em que figura como interlocutor o Sr. Senador AÉCIO NEVES DA CUNHA (PSDB-MG), em que o referido parlamentar solicita vantagem indevida no importe de R\$ 2 milhões.

No áudio, fruto de ação controlada, sob supervisão da Polícia Federal, nos termos do art.3º, III, da Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850, de 2013), com duração de cerca de 30 minutos, O REPRESENTADO justifica o pedido alegando que o numerário se destinaria ao suposto pagamento de sua defesa técnica, na chamada Operação Lava Jato.

O REPRESENTADO indicou o Sr. FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS dele para receber a quantia, transação esta que efetivamente ocorreu e foi devidamente registrada por gravação audiovisual, também fruto de ação controlada, sob supervisão da Polícia Federal. As cédulas que foram transacionadas possuíam numeração controlada, tendo o seu caminho sido monitorado, verificando-se que sua destinação final foi o depósito em sociedade empresária ligada à família do também parlamentar, o Sr. JOSÉ PERRELLA DE OLIVEIRA COSTA, a TAPERA PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS.

Por esta razão, o Sr. FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS foi alvo de mandado de prisão e detido cautelarmente pela Polícia Federal, na manhã do corrente dia, 18/05/2017, no condomínio Morro do Chapéu, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A informação foi confirmada pelo advogado de Frederico, Maurício Campos Júnior, mas o defensor disse que, por enquanto, não vai se manifestar sobre a prisão.

Tais evidências materiais encontram-se devidamente acauteladas, junto à Procuradoria-Geral da República e ao Egrégio Supremo Tribunal Federal, no bojo da colaboração premiada em negociação, promovida pelos Srs. JOESLEY MENDONÇA BATISTA e WESLEY MENDONÇA BATISTA, proprietários da *holding* J&S.

Em nota, a assessoria de imprensa de Aécio Neves confirmou os encontros bem como a transação financeira, embora negue peremptoriamente a sua índole ilícita:

Nota da assessoria do senador Aécio Neves

O senador Aécio Neves está absolutamente tranquilo quanto à correção de todos os seus atos. No que se refere à relação com o senhor Joesley Batista, ela era estritamente pessoal, sem qualquer envolvimento com o setor público. O senador aguarda ter acesso ao conjunto das informações para prestar todos os esclarecimentos necessários.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

No tocante ao Sr. JOSÉ PERRELLA DE OLIVEIRA COSTA, em vídeo publicado em sua página na rede social *Facebook*, o REPRESENTADO afirmou que "*nunca*" recebeu "*um real sequer*" dos valores noticiados: "*Eu quero dizer para os que me conhecem e para os que não me conhecem que eu nunca falei com o dono da Friboi. Não conheço ninguém ligado a esse grupo. Nunca recebi de maneira oficial ou extraoficial um real sequer dessa referida empresa*", declarou o parlamentar no aludido pronunciamento.

Os Srs. JOESLEY MENDONÇA BATISTA e AÉCIO NEVES DA CUNHA se encontraram em São Paulo, no Hotel Unique, em 24 de março.

Antes, a irmã do REPRESENTADO, a Sr. ANDREA NEVES DA CUNHA, já havia abordado o Sr. JOESLEY MENDONÇA BATISTA, por ligação telefônica e por meio do aplicativo de mensagens instantâneas – *WhatsApp* – a propósito da referida solicitação indevida de vantagem, informando-o de que o Eminente Sr. ALBERTO ZACHARIAS TORON, Advogado Criminalista, seria o defensor do REPRESENTADO nos procedimentos em que figura como investigado ou réu. Relativamente às mensagens aqui referenciadas, as mesmas se encontram devidamente acauteladas no bojo dos anexos à colaboração premiada respectiva. Por esta razão, a Sr. ANDREA NEVES DA CUNHA foi detida cautelarmente por agentes da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, na manhã deste dia 18/05/2017, no município de Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Neste encontro pessoal, o Sr. JOESLEY MENDONÇA BATISTA questionou ao REPRESENTADO quem intermediaria o recebimento do numerário, ao que este prontamente respondeu: "*__Tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer delação. Vai ser o Fred [em nítida alusão ao Sr. FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS] com um cara seu. Vamos combinar o Fred com um cara seu porque ele sai de lá e vai no cara. E você vai me dar uma ajuda do c*****[vernáculo indecoroso e cuja reprodução se evitará]*".

Oportuno registrar que o Sr. FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS foi diretor da Companhia Energética de Minas Gerais S.A - Cemig, nomeado pelo REPRESENTADO, e um dos coordenadores de sua campanha presidencial em 2014.

O indicado pelo Sr. JOESLEY MENDONÇA BATISTA para intermediar a negociata foi o diretor de Relações Institucionais da JBS S.A, o Sr. RICARDO SAUD, que também negocia acordo de colaboração premiada junto à Eminente Procuradora-Geral da República.

A tradição do numerário se deu em quatro oportunidades, em parcelas idênticas, no importe de R\$ 500 mil, tendo sido uma delas videogravada sob supervisão da Polícia Federal, nos termos do art.3º, III, da Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850, de 2013).

A eminente Procuradoria-Geral da República aduz, em petição dirigida ao Eminente Ministro Relator Edson Fachin, dispor elementos suficientes para demonstrar que a quantia jamais chegou ao seu suposto destinatário, o Sr. ALBERTO ZACHARIAS TORON, ou a qualquer outro causídico.

Segundo relato da Procuradoria-Geral da República, o Sr. FREDERICO PACHECO DE MEDEIROS, ainda em São Paulo, na ocasião em que recebera parcela da quantia aqui noticiada, entregou malas com os valores ao Sr. MENDHERSON SOUZA LIMA, servidor comissionado do Gabinete do Sr. JOSÉ PERRELLA DE OLIVEIRA COSTA.

Tal entrega fora monitorada pela Polícia Federal, evidenciando-se que o Sr. MENDHERSON SOUZA LIMA realizou três viagens de carro, de São Paulo a Belo Horizonte, para o transporte dos valores. Segundo a PGR, os recursos foram



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

parar na TAPERA PARTICIPAÇÕES EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS.

Por estas razões fáticas, o Eminentíssimo Procurador-Geral da República requereu ao Eminentíssimo Ministro Relator Edson Fachin a decretação da prisão do REPRESENTADO, em razão da flagrância em delito continuado de tendo em vista a prática de embaraço a investigação de infração penal que envolva organização criminosa do qual é membro, na linha da estrita dicção do §2º, do art. 2º da Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850, de 2013), que tipifica o embaraço da atividade persecutória jurisdicional do Estado.

Na manhã do dia 18/05/2017, o Eminentíssimo Ministro Relator Edson Fachin decretou o afastamento cautelar dos REPRESENTADOS, fazendo remessa do pedido de prisão ao Plenário da Corte, para que sobre ele decidisse colegiadamente.

Até a submissão da presente REPRESENTAÇÃO, o pedido de prisão não fora decidido. Caso seja, será objetivo da devida comunicação, via aditamento do presente exordial.

É incontroverso também que os fatos são contemporâneos ao mandato, de modo que sua ocorrência remete aos meses de março a maio, do corrente ano, e o REPRESENTADO possuir mandato entre 1.º de fevereiro de 2011 e 31 de janeiro de 2019.

Ademais, **a alegação de manifesta improcedência é descabida**, tendo em vista que as graves imputações noticiadas nos autos da Representação nº 1, de 2017, foram acompanhados das seguintes evidências, devidamente juntadas ao processo:

1. Termo de depoimento de JOESLEY MENDONÇA BAPTISTA, prestado em 27/04/2017, em Brasília, ao Ministério Público Federal, com 9 folhas, impressas apenas no verso;
2. Relatório Circunstanciado elaborado pelo Grupo de Inquéritos do STF – GINQ, relativamente ao Sr. Senador AÉCIO NEVES DA CUNHA, com 32 folhas, datado de 21/04/2017, da lavra do Eminentíssimo Sr. Delegado THIAGO MACHADO DELABARY, impressas apenas no verso;
3. Cópia da decisão em medida cautelar, da lavra do Eminentíssimo Ministro EDSON FACHIN, que determina e autoriza a realização de ações controladas em desfavor do Sr. Senador AÉCIO NEVES DA CUNHA, com 16 folhas, impressas apenas no verso, datada de 10/04/2017;
4. Cópia da petição do Eminentíssimo Procurador-Geral da República na Ação Cautelar nº 4327, nos autos de Inquérito nº 4.483/STF, na qual requer a prisão cautelar do Sr. Senador AÉCIO NEVES DA CUNHA, acompanhada das decisões judiciais

¹ Obstrução da Justiça

Art. 2º

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

respectivas, da lavra do Eminentíssimo Ministro EDSON FACHIN, com 120 folhas, impressas apenas no verso;

5. Cópia da denúncia oferecida pelo Eminentíssimo Procurador-Geral da República em desfavor do Sr. Senador AÉCIO NEVES DA CUNHA, com 80 folhas, impressas apenas no verso;

6. Cópia de termo de entrega e apreensão de pen-drive apresentado pelo Sr. JOESLEY MENDONÇA BAPTISTA, à Procuradoria-Geral da República, com duas imagens de mensagens trocadas com a Sra. Andrea Neves, com 6 folhas, impressas apenas no verso;

7. Termo de depoimento de RICARDO SAUD, prestado em 07/04/2017, em Brasília, ao Ministério Público Federal, com 7 folhas, impressas apenas no verso;

8. 1 mídia do tipo CD-R, com o arquivo de vídeo denominado “TD 02 Joesley Mendonça 20170407.mp4”, contendo o depoimento do Sr. JOESLEY MENDONÇA BAPTISTA, prestado ao MPF, com duração de 01:01:57, em estado funcional para reprodução;

9. 1 mídia do tipo CD-RW, com o arquivo de vídeo denominado “TD 01 Ricardo Saud 20170407.mp4”, contendo o depoimento do Sr. RICARDO SAUD, prestado ao MPF, com duração de 00:20:07, bem como arquivo de áudio de gravações telefônicas e gravações ambientais denominado AEunique.WAV, com duração de 00:48:13, em estado funcional para reprodução;

10. Cópia do Relatório de Inteligência do COAF, relativamente à sociedade empresária Tapera Participações e Empreendimentos Agropecuários, com diversas movimentações financeiras de saque e depósito de alta monta envolvendo o Sr. MENDHERSON DE SOUZA LIMA, no período da investigação, com 15 folhas, impressas apenas no verso;

11. Cópia do Relatório de Análise nº 391207, elaborado pela Secretaria de Pesquisa e Análise do Ministério Público Federal, datado de 02/05/2017, com 21 folhas, impressas apenas no verso, com a desgravação oficial do arquivo igualmente juntado denominado AEunique.WAV, com duração de 00:48:13.

Como se vê, a Resolução do Senado nº 20, de 1993, **confere ao Eminentíssimo Sr. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar uma análise de admissibilidade meramente prefacial, de índole formal**, para a verificação dos requisitos constitucionalmente exigidos para o regular processamento do feito.

Qualquer análise que transborde os estreitos limites da forma e adense-se ao mérito é descabida, nessa fase inicial do processo, merecendo reforma por parte do Colegiado e sendo passível, inclusive, de impugnação, via questão de ordem, em face da sua contrariedade com o disposto na Lei (art.14, §1º, da Resolução do Senado nº 20, de 1993).

II - DOS PEDIDOS

Ex positis, REQUER a este Conselho de Ética e Disciplina o que se segue:



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

- I. O conhecimento do presente RECURSO, em face do número suficiente de apoimentos para o seu processamento e da sua tempestividade;
- II. A designação de reunião para conhecimento e deliberação por parte deste COLEGIADO, com vistas à desejável revisão do *decisum* impugnado e conseguinte seguimento do processo de cassação por violação ao decoro parlamentar, caso assim delibere a maioria;

Termos em que pede e espera deferimento.

IDENTIFICAÇÃO DO PARLAMENTAR	ASSINATURA
LASSIZIA	